



BOLETIM OFICIAL

PARTE B

ASSEMBLEIA NACIONAL

Extrato do Despacho n.º 974/2026

Dando por finda a comissão ordinária de serviço de Luís Miguel Varela Tavares, no cargo de Diretor de Serviços Administrativos e Financeiros da Assembleia Nacional. 3

Extrato do Despacho n.º 975/2026

Dando por finda a comissão ordinária de serviço de Carla Sofia Tavares Moreira, no cargo de Diretora dos Serviços Parlamentares da Assembleia Nacional. 4

Extrato do Despacho n.º 976/2026

Nomeando Maria Monserrate Aires Cruz, para em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Diretora de Serviços Administrativos e Financeiros da Assembleia Nacional. 5

Extrato do Despacho n.º 977/2026

Nomeando José Domingos Furtado, para em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Diretor de Serviços Parlamentares da Assembleia Nacional. 6

PARTE C

CHEFIA DO GOVERNO

Gabinete do Primeiro Ministro

Despacho n.º 8/2026

Dando por finda a Comissão Ordinária de Serviço de António Varela no cargo de Diretor-Geral do Serviço de Informações da República. 7

Despacho n.º 9/2026

Nomeando Victor Manuel Furtado da Veiga para, em Comissão Ordinária de Serviço, desempenhar as funções de Diretor-Geral do Serviço de Informações da República. 8

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E AMBIENTE

Direção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Financeiro e Patrimonial

Retificação n.º 82/2026

Retificando a publicação feita de forma inexata no Boletim Oficial II Série n.º 138, de 23 de julho de 2026, referente ao regresso ao serviço de Manuel Adilson Cardoso Fragosso, Técnico Nível I, da Direção Nacional do Ambiente. 9

MINISTÉRIO DA PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E FOMENTO EMPRESARIAL***Direção Geral do Emprego*****Despacho n.º 22/2026**

Atribuindo a PARAÍSO CONSULTING E SERVIÇOS, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA, acreditação inicial como entidade formadora para ministrar ações de formação profissional contínua, na família profissional de Administração e Gestão (AGE), na ilha de Santiago. 10

MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO***Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão*****Extrato do Despacho n.º 978/2026**

Cessando o contrato de gestão celebrado com Aristides Ferreira Lima, para exercer as funções de Diretor Geral de Habitação do Ministério das Infraestruturas, Habitação e Ordenamento do Território. 11

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA***Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão*****Extrato do Despacho n.º 159/2026**

Renovando licença sem vencimento, por mais 1 (um) ano, a Marísia Sónia Delgado Nascimento, Técnica Júnior Nível I, do Quadro de Pessoal da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania. 12

PARTE E**SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DAS ILHAS DE BOA VISTA E MAIO, SA****Despacho n.º 007/CE/2026**

Determinando que a TARAFO BAY GOLF, Sociedade Unipessoal, S.A., proceda à elaboração do Plano de Ordenamento Detalhado (POD) para a implementação do Tarafo Bay Golf and Beach Resort, na ZDTI de Santa Mónica, ilha da Boa Vista. 13

PARTE G**MUNICÍPIO DA BRAVA*****Câmara Municipal*****Despacho n.º 09/VI/2026**

Concedendo Licença sem Vencimento, por 1 (um) ano, a Samira Mirlene Tavares da Graça, Educadora de Infância, da Câmara Municipal da Brava. 14

MUNICÍPIO DA RIBEIRA BRAVA***Câmara Municipal*****Deliberação n.º 042/2026**

Autorizando a abertura de concurso para ingresso de 6 (seis) Fiscais Municipais, e designando o respetivo júri, na Câmara Municipal da Ribeira Brava. 15

Deliberação n.º 044/2026

Autorizando a abertura de concurso para ingresso de um Assistente Técnico para o CDS, e designando o respetivo júri, na Câmara Municipal da Ribeira Brava. 16

ASSEMBLEIA NACIONAL**Extrato do Despacho n.º 974/2026**

Sumário: Dando por finda a comissão ordinária de serviço de Luís Miguel Varela Tavares, no cargo de Diretor de Serviços Administrativos e Financeiros da Assembleia Nacional.

Extrato do Despacho de Sua Excelência a Presidente da Assembleia Nacional

De 22 de julho de 2026

Luís Miguel Varela Tavares, exercendo em comissão ordinária de serviço as funções inerentes ao cargo de Diretor de Serviços Administrativos e Financeiros, é dada por finda a referida comissão, com efeitos a partir de 24 de julho de 2026.

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, na Praia, aos 23 de julho de 2026. — O Secretário-Geral, *Nilton Filipe Fernandes dos Reis*.

ASSEMBLEIA NACIONAL**Extrato do Despacho n.º 975/2026**

Sumário: Dando por finda a comissão ordinária de serviço de Carla Sofia Tavares Moreira, no cargo de Diretora dos Serviços Parlamentares da Assembleia Nacional.

Extrato do Despacho de Sua Excelência a Presidente da Assembleia Nacional

De 22 de julho de 2026

Carla Sofia Tavares Moreira, exercendo em comissão ordinária de serviço as funções inerentes ao cargo de Diretora dos Serviços Parlamentares, é dada por finda a referida comissão, com efeitos a partir de 24 de julho de 2026.

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, na Praia, aos 23 de julho de 2026. — O Secretário-Geral, *Nilton Filipe Fernandes dos Reis*.

ASSEMBLEIA NACIONAL**Extrato do Despacho n.º 976/2026**

Sumário: Nomeando Maria Monserrate Aires Cruz, para em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Diretora de Serviços Administrativos e Financeiros da Assembleia Nacional.

Extrato do Despacho de Sua Excelência a Presidente da Assembleia Nacional

De 22 de julho de 2026

Maria Monserrate Aires Cruz, Técnica Parlamentar Especialista Nível II, do quadro de pessoal da Assembleia Nacional, Licenciada em Contabilidade, Administração e Auditoria, é nomeada em regime de comissão ordinária de serviço, para exercer as funções inerentes ao cargo de Diretora de Serviços Administrativos e Financeiros, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 21.º, do n.º 2 do artigo 22.º e do artigo 23.º, todos da Lei n.º 74/IX/2020, de 2 de março, alterada e republicada pela Lei n.º 123/IX/2021, de 15 de abril, conjugado com a alínea b) do n.º 2 do artigo 62.º e o artigo 63.º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional, aprovada pela Lei n.º 83/VII/2011, de 10 de janeiro, e o Decreto-Lei n.º 59/2014, de 4 de novembro, com efeitos a partir de 24 de julho de 2026.

A despesa tem cabimento no código 02.01.01.01.02 do orçamento privativo da Assembleia Nacional.

(Isento de visto do Tribunal de Contas)

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, na Praia, aos 23 de julho de 2026. — O Secretário-Geral, *Nilton Filipe Fernandes dos Reis*.

ASSEMBLEIA NACIONAL**Extrato do Despacho n.º 977/2026**

Sumário: Nomeando José Domingos Furtado, para em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Diretor de Serviços Parlamentares da Assembleia Nacional.

Extrato do Despacho de Sua Excelência a Presidente da Assembleia Nacional

De 22 de julho de 2026

José Domingos Furtado, Técnico Parlamentar Sénior Nível III, do quadro de pessoal da Assembleia Nacional, Licenciado em Comunicação e Mestre em Gestão, é nomeado em regime de comissão ordinária de serviço, para exercer as funções inerentes ao cargo de Diretor de Serviços Parlamentares, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 21.º, do n.º 2 do artigo 22.º e do artigo 23.º, todos da Lei n.º 74/IX/2020, de 2 de março, alterada e republicada pela Lei n.º 123/IX/2021, de 15 de abril, conjugado com a alínea b) do n.º 2 do artigo 62.º e o artigo 63.º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional, aprovada pela Lei n.º 83/VII/2011, de 10 de janeiro, e o Decreto-Lei n.º 59/2014, de 4 de novembro, com efeitos a partir de 22 de julho de 2026.

A despesa tem cabimento no código 02.01.01.01.02 do orçamento privativo da Assembleia Nacional.

(Isento de visto do Tribunal de Contas)

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, na Praia, aos 23 de julho de 2026. — O Secretário-Geral, *Nilton Filipe Fernandes dos Reis*.

CHEFIA DO GOVERNO
Gabinete do Primeiro Ministro

Despacho n.º 8/2026

Sumário: Dando por finda a Comissão Ordinária de Serviço de António Varela no cargo de Diretor-Geral do Serviço de Informações da República.

De 27 de julho de 2026

Nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 7 de dezembro, que regulamenta o regime jurídico aplicável ao Serviço de Informações da República, é dada por finda a Comissão Ordinária de Serviço do Dr. António Varela no cargo de Diretor-Geral do Serviço de Informações da República, com efeitos imediatos.

Gabinete do Primeiro-Ministro, na Cidade da Praia, aos 27 dias do mês de julho de 2026. — O Primeiro-Ministro, *Francisco Avelino Vieira de Carvalho*.

CHEFIA DO GOVERNO
Gabinete do Primeiro Ministro

Despacho n.º 9/2026

Sumário: Nomeando Victor Manuel Furtado da Veiga para, em Comissão Ordinária de Serviço, desempenhar as funções de Director-Geral do Serviço de Informações da República.

De 27 de junho de 2026

Nos termos do n.º 1 do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 07 de dezembro, e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 29/2016, de 16 de abril, que regulamenta o regime jurídico aplicável ao Serviço de Informações da República, é nomeado, Dr. Victor Manuel Furtado da Veiga, Licenciado em Direito, para, em Comissão Ordinária de Serviço, desempenhar as funções inerentes ao cargo de Director-Geral do Serviço de Informações da República, com efeitos imediatos.

Gabinete do Primeiro-Ministro, na cidade da Praia, aos 27 de julho de 2026. — O Primeiro-Ministro, *Francisco Avelino Vieira de Carvalho*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E AMBIENTE

Direção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Financeiro e Patrimonial

Retificação n.º 82/2026

Sumário: Retificando a publicação feita de forma inexata no Boletim Oficial II Série n.º 138, de 23 de julho de 2026, referente ao regresso ao serviço de Manuel Adilson Cardoso Fragosso, Técnico Nível I, da Direção Nacional do Ambiente.

Por ter sido publicado de forma inexata, procede-se à retificação da publicação na II Série do Boletim Oficial n.º 138, de 23 de julho de 2026, autorizando o regresso ao serviço de Manuel Adilson Cardoso Fragosso, Técnico Nível I, da Direção Nacional do Ambiente.

Onde se lê:

Técnico Nível I

Deve ler-se:

Técnico Nível II

Praia, 23 de julho de 2026. — A Diretora de Serviço, *Tatiana Vieira Pinto*.

MINISTÉRIO DA PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E FOMENTO EMPRESARIAL
Direção Geral do Emprego

Despacho n.º 22/2026

Sumário: Atribuindo a PARAÍSO CONSULTING E SERVIÇOS, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA, acreditação inicial como entidade formadora para ministrar ações de formação profissional contínua, na família profissional de Administração e Gestão (AGE), na ilha de Santiago.

O Governo, através do Decreto-Lei n.º 6/2013, de 11 de fevereiro, estabelece o Regime de Acreditação das Entidades Formadoras para o desenvolvimento de cursos e ações de Formação Profissional nos termos previstos pelo Decreto-Lei n.º 14/2025, de 16 de maio, na alínea e) do n.º 2 do artigo 23º.

Assim sendo, o governo definiu a acreditação de entidades formadoras, como o processo de validação e reconhecimento formal de que uma entidade nacional ou estrangeira detém competências, meios e recursos adequados para desenvolver cursos e ações de formação profissional inicial e/ou contínua em determinadas áreas de formação e com indicação dos níveis de formação podendo candidatar-se ao processo, as entidades públicas e privadas, quer nacionais quer estrangeiras, regularmente constituídas, com personalidade jurídica e que preencham requisitos para desenvolverem cursos ou ações de formação inicial e/ou contínua em qualquer ponto do território nacional.

A acreditação é concedida por áreas de formação com indicação dos níveis de formação, sempre que se trate de formação profissional inicial.

Assim, ao abrigo do exposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 23º, do Decreto-Lei n.º 14/2025, de 16 de maio, conjugado com o n.º 8 do artigo 9º, do Decreto-Lei n.º 6/2013, de 11 de fevereiro, o Diretor Geral do Emprego determina:

Atribuir nos termos da legislação aplicável, ao PARAÍSO CONSULTING E SERVIÇOS, SOCIEDADE UNIPessoal LDA, a acreditação inicial, que o acredita como entidade formadora para ministrar ações de formação profissional na modalidade contínua, na ilha de Santiago, Cidade da praia, na família profissional, Administração e Gestão (AGE), ficando esta, obrigada a cumprir integralmente o disposto no artigo 6º, do Decreto-Lei n.º 06/2013, de 11 de fevereiro.

O título deste alvará é de via autêntica e tem um prazo de validade de 4 (quatro) anos, de acordo com a data da emissão do alvará pela plataforma PAEF.

Praia, aos 20 de julho de 2026. — O Diretor Geral do Emprego, *Danilson Fernando Borges Tavares*.

**MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E
HABITAÇÃO**

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extrato do Despacho n.º 978/2026

Sumário: Cessando o contrato de gestão celebrado com Aristides Ferreira Lima, para exercer as funções de Diretor Geral de Habitação do Ministério das Infraestruturas, Habitação e Ordenamento do Território.

Extrato de Despacho de Sua Excelência o Ministro das Infraestruturas, Habitação e Ordenamento do Território

De 22 de julho de 2026

Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 59/2014, de 4 de novembro, é cessado o contrato de gestão celebrado com Aristides Ferreira Lima, para exercer a função de Diretor Geral de Habitação do Ministério das Infraestruturas, Habitação e Ordenamento do Território, com efeitos a partir do dia 23 de julho de 2026.

Direção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério das Infraestruturas, Habitação e Ordenamento do Território, na Praia, aos 24 de julho de 2026. — O Diretor de Serviço do Planeamento, Cooperação e Gestão Financeira, *Laurindo Correia Rodrigues*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extrato do Despacho n.º 159/2026

Sumário: Renovando licença sem vencimento, por mais 1 (um) ano, a Marísia Sónia Delgado Nascimento, Técnica Júnior Nível I, do Quadro de Pessoal da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania.

Extrato do Despacho de Sua Excelência a Ministra da Justiça

De 14 de julho de 2026

É renovada, por mais 1 (um) ano, a licença sem vencimento concedida a Marísia Sónia Delgado Nascimento, Técnica Júnior, Nível I, do Quadro da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (CNDHC), ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 45.º, conjugado com o artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de março, que estabelece o regime de férias e licenças dos funcionários da Administração Pública, com efeitos a partir do dia 1 de setembro de 2026.

Direção de Serviço de Gestão de Recursos Humanos da Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Justiça, na Praia, aos 23 de julho de 2026. — Pela Diretora de Serviço, p/s, *Neiva Lopes*.

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DAS ILHAS DE BOA VISTA E MAIO, SA

Despacho n.º 007/CE/2026

Sumário: Determinando que a TARAFO BAY GOLF, Sociedade Unipessoal, S.A., proceda à elaboração do Plano de Ordenamento Detalhado (POD) para a implementação do Tarafo Bay Golf and Beach Resort, na ZDTI de Santa Mónica, ilha da Boa Vista.

Fundamentação

A TARAFO BAY GOLF, Sociedade Unipessoal, S.A., pretende elaborar o Plano de Ordenamento Detalhado para a implementação do Tarafo Bay Golf and Beach Resort, a ser edificado na ZDTI de Santa Mónica, ilha da Boa Vista, no POD Golf - Tarafo Bay Golf Courses.

Decisão

Pelo supra exposto, a SDTIBM, enquanto entidade responsável pelo desenvolvimento do turismo nas Zonas de Desenvolvimento Turístico das Ilhas da Boa Vista e do Maio, determina, ao abrigo do artigo 17.º da Lei n.º 75/VII/2010, de 23 de agosto, alterada pela Lei n.º 34/IX/2018, de 6 de julho, e em observância aos termos do Contrato Global de Investimento celebrado a 15 de junho de 2022, com a sua Adenda assinada em 4 de dezembro de 2024, que a TARAFO BAY GOLF, Sociedade Unipessoal, S.A., proceda à elaboração do Plano de Ordenamento Detalhado (POD) para a implementação do Tarafo Bay Golf and Beach Resort, na ZDTI de Santa Mónica, ilha da Boa Vista.

Cidade de Sal-Rei, 20 de julho de 2026. — Pela SDTIBM.

MUNICÍPIO DA BRAVA
Câmara Municipal**Despacho n.º 09/VI/2026**

Sumário: Concedendo Licença sem Vencimento, por 1 (um) ano, a Samira Mirlene Tavares da Graça, Educadora de Infância, da Câmara Municipal da Brava.

Na sequência do pedido apresentado e dos pareceres emitidos, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de março, é concedida à funcionária Samira Mirlene Tavares da Graça, Educadora de Infância, licença sem vencimento por um período de 1 (um) ano, com efeitos a partir de 1 de setembro de 2026.

Paços do Concelho da Brava, 3 de junho de 2026. — O Presidente, *Amândio Semedo Brito*.

MUNICÍPIO DA RIBEIRA BRAVA
Câmara Municipal

Deliberação n.º 042/2026

Sumário: Autorizando a abertura de concurso para ingresso de 6 (seis) Fiscais Municipais, e designando o respetivo júri, na Câmara Municipal da Ribeira Brava.

A Lei do Emprego Público e o PCFR (Plano de Carreira, Funções e Remunerações), sendo instrumentos atuais da gestão de recursos humanos, regulam no seu articulado que o ingresso na Administração Pública deve ser por concurso externo, mediante contrato resolutivo a termo certo ou contrato por tempo indeterminado.

A Câmara Municipal da Ribeira Brava, reunida na sua VI.^a Sessão Ordinária, do dia 26 de março de 2026, no uso das suas faculdades legais, deliberou autorizar, por unanimidade dos votos, a abertura de concurso para ingresso de 6 (seis) Fiscais Municipais, com a designação de júri a ser constituído por:

Efetivos

1. Josefa Helena Gomes da Graça (Presidente)
2. Nélida Ramos Brito (Vogal)
3. Emanuel Almeida Cabral (Vogal)

Suplentes

1. Ricardina Marcelina S. Fonseca Gonçalves
2. Felipa Maria Duarte

Câmara Municipal da Ribeira Brava, 26 de março de 2026. — *Nilton Duarte Monteiro, Vaniza Patrícia dos Santos Oliveira, Paulo Sezinano Fortes Mota, Gabriela Soares de Brito e Vadylene Patrícia do Livramento Fonseca.*

MUNICÍPIO DA RIBEIRA BRAVA
Câmara Municipal**Deliberação n.º 044/2026**

Sumário: Autorizando a abertura de concurso para ingresso de um Assistente Técnico para o CDS, e designando o respetivo júri, na Câmara Municipal da Ribeira Brava.

A Lei do Emprego Público e o PCFR (Plano de Carreira, Funções e Remunerações), sendo instrumentos atuais da gestão de recursos humanos, regulam no seu articulado que o ingresso na Administração Pública deve ser por concurso externo, mediante contrato resolutivo a termo certo ou contrato por tempo indeterminado.

A Câmara Municipal da Ribeira Brava, reunida na sua VI.^a Sessão Ordinária, do dia 26 de março de 2026, no uso das suas faculdades legais, deliberou autorizar, por unanimidade dos votos, a abertura de concurso para ingresso de um Assistente Técnico para o CDS, com a seguinte designação de jurados:

Efetivos

1. Josefa Helena Gomes da Graça (Presidente)
2. Nélida Ramos Brito (Vogal)
3. Felipa Maria Duarte (Vogal)

Suplentes

1. Arlinda de Fátima Gomes Fortes
2. Ricardina Marcelina S. Fonseca Gonçalves

Câmara Municipal da Ribeira Brava, 26 de março de 2026. — *Nilton Duarte Monteiro, Vaniza Patrícia dos Santos Oliveira, Paulo Sezinano Fortes Mota, Gabriela Soares de Brito e Vadylene Patrícia do Livramento Fonseca.*



II Série
BOLETIM OFICIAL
Registo legal, nº2/2001
de 21 de Dezembro de 2001

